

ESCOLA E CIDADANIA DIGITAL EM UM MUNDO HIPERCONECTADO: QUESTÕES PARA REPENSAR A DIMENSÃO EDUCATIVA

Roberto Rafael Dias da Silva

A Polegarzinha comemora o fim da era do saber?
(Michel Serres)

O estudo de questões concernentes aos currículos escolares e à escolarização juvenil tem acompanhado minha trajetória como pesquisador no decorrer dos últimos anos. Mapear os dilemas na educação de adolescentes e jovens, analisando criticamente e acompanhando a implementação de políticas e programas educativos, apresenta-se como o principal eixo de minhas reflexões acadêmicas, o que se converte em um conjunto de produções científicas sobre o tema (Silva, 2020a; Silva, 2020b). Importante salientar que, a partir das escolhas teóricas que acompanham as investigações que desenvolvo, tenho optado por construir uma abordagem crítica, de caráter pluralista, tomando como aporte privilegiado as contribuições advindas das teorizações sociais contemporâneas.

Ao inscrever meus estudos no campo dos Estudos Curriculares, então, manifesto uma preocupação com os processos de seleção e organização dos conhecimentos e experiências escolares, bem como com a descrição e análise dos projetos formativos desenvolvidos para a escolarização (Pacheco, 2019; Sacristán, 2017). Em diferentes tempos e espaços, a partir de suas condições contextuais e de seu repertório de escolhas, as sociedades vão estabelecendo as suas preocupações com as finalidades e os propósitos educativos e redefinindo os conhecimentos legítimos para ingressar em seu repertório compartilhado.

O ingresso no grupo de estudos em educação digital, posteriormente posicionado como curso de especialização em Educação OnLIFE, proporcionou-me um conjunto novo de indagações, e muitas delas já me incomodavam na condição de pesquisador dos currículos das escolas contemporâneas. Especificamente as leituras de escritos de Luciano Floridi (2014), Michel Serres (2018), Bruno Latour (2020) e Massimo Di Felice (2020), por itinerários variados, foram bastante relevantes para que conseguisse reposicionar minhas questões de pesquisa. Também contribuíram, com maior ou menor intensidade, para alargar minha compreensão das experiências formativas que acontecem na escola. Uma nova sensibilidade pedagógica é requerida quando a vida se torna *OnLIFE*.

Floridi e colaboradores (2014), no conhecido *Manifesto OnLIFE*, auxiliam-nos a examinar a questão do humano na era da hiperconexão. Com a alargada difusão das tecnologias da informação e da comunicação, modificamos nossas relações com nós mesmos, com os outros e com o mundo em geral. Como explicam os autores, “a incessante expansão das TIC altera os marcos de referência das sociedades tradicionais” por meio do esmaecimento dos limites entre o real e o virtual, entre os humanos, as máquinas e a natureza, da passagem da escassez para a abundância informacional e da emergência do primado da interação. A caracterização dos tempos atuais, apresentada no *Manifesto*, esboça um diagnóstico bastante consistente para o contemporâneo e proporciona a oportunidade de elaborar novas interrogações acerca dos processos educativos. Como projetar currículos e propostas educativas para adolescentes e jovens que cresceram na era da hiperconexão? Que repertório compartilhado de conhecimentos e experiências é requerido para as subjetividades constituídas nestes tempos e espaços?

A partir de minhas investigações no campo curricular, bem como das leituras sobre esse mundo hiperconectado, preciso destacar que foram as obras *Polegarzinha*, de Michel Serres, e *A cidadania digital*, de Massimo Di Felice, que serviram como plataforma para as interrogações que produzi ao longo do curso e que tentarei sistematizar neste breve capí-

tulo. Serres permitiu-me colocar em debate o lugar da escola e do saber em um contexto em que os estudantes acessam o conhecimento por meio de seus polegares (em alusão aos dispositivos móveis). A obra do professor Di Felice, por sua vez, mobilizou-me para refletir sobre o futuro da política e das possibilidades de um futuro compartilhado, envolvendo agenciamentos humanos e não-humanos.

No decorrer deste breve capítulo, então, compartilho algumas das reflexões que realizei na especialização em Educação OnLIFE, dirigindo meus comentários para as relações entre currículo, escolarização juvenil e cidadania digital. Escolho percorrer este caminho não com a intenção de construir um posicionamento definitivo sobre essas relações, mas como uma plataforma para novas indagações que podem auxiliar-me na reorientação de minhas pesquisas e práticas profissionais.

Organizei o texto em duas partes, quais sejam: a) na primeira, apresento um diagnóstico para a emergência da cidadania digital, valendo-me de um conjunto diversificado de pensadores sociais; b) posteriormente, busco mapear algumas ressonâncias desse diagnóstico para o campo dos estudos de currículo e para as escolas que recebem adolescentes e jovens na atualidade. Mais uma vez inspirado em Floridi e seus colaboradores (2014), defendo que, diante do mundo hiperconectado que hoje vivenciamos coletivamente, precisamos repensar os marcos referenciais que alimentam a organização de nossos currículos na direção de uma “boa governança *OnLIFE*”.

Um diagnóstico para a emergência da cidadania digital

Quando nos propomos a reposicionar os debates sobre a escolarização dos adolescentes no contexto da emergência das tecnologias digitais, algumas dimensões analíticas precisam ser levadas em consideração. A primeira dimensão que gostaria de destacar refere-se à necessária atenção ao conceito de cidadania digital, isto é, às novas formas de negociação política por meio das plataformas de interação digital. De acordo com Di Felice (2020), em publicação mencionada an-

teriormente, “a cidadania digital pode ser entendida como a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares e, portanto, como um fortalecimento, uma amplificação e uma versão mais completa da democracia” (p.15). Na acepção do pesquisador, seria fundamental que pensássemos nos termos de uma nova morfologia do social, abarcando os atores humanos e não humanos.

O conceito de cidadania digital, tal como delineado por Di Felice (2020), precisa ser cotejado com o amplo processo de digitalização atualmente em curso. A digitalização, com maior ou menor intensidade, possibilitou que novas mediações inteligentes entrassem em cena, ora ampliando nossa compreensão do mundo, ora nos apresentando a mundos que desconhecíamos.

O projeto de digitalização produz uma alteração ontológica da matéria e do estatuto da realidade; um mundo e uma realidade que não são mais dados e objetivos, mas que estão como eventos e em eterno devir; sobretudo, um mundo e uma realidade a serem construídos pelo diálogo com dados, com as arquiteturas digitais interagentes e por meio das conexões a redes inteligentes maiores, por extensão e eficiência, do que aquelas humanas (Di Felice, 2020, p. 20).

A digitalização do mundo, sob esse prisma, somente se tornou possível pelo agenciamento de atores humanos e não humanos, assim delineando novas formas de cidadania ou novos modos de habitar o mundo. Di Felice (2020), de maneira bastante perspicaz, defende que “os mundos que pensávamos como realidades separadas são hoje digitalmente conectados e interagentes” (p. 27). Em outras palavras, o processo de conexão generalizada – a que estamos experimentando – introduziu alterações em nossas relações com o mundo, com as pessoas, com a natureza e com a própria técnica.

A segunda dimensão que vale a pena destacar para este diagnóstico, junto a Ulrich Beck em obra póstuma (2018), implica o reconhecimento de que estamos “vivendo um mundo que não está apenas mudando, mas está se metamorfoseando” (p. 15). De acordo com o sociólogo alemão, a mudança refere-se a aspectos pontuais de nossa vida cotidiana, o que poderia servir para explicar as condições contemporâneas. Seria

conveniente, sob esse prisma, falarmos em metamorfose, uma vez que esse conceito implica “uma transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge” (p. 15). Ainda assim, Beck apregoa que utilizemos esse conceito com cautela, colocando-o entre aspas quando necessário.

Em termos sociológicos, Beck aponta que estaríamos diante de uma “virada copernicana 2.0”, em que os conceitos políticos e os modos de compreender as culturas contemporâneas – inclusive as nações – estão sendo metamorfoseados.

Eles precisam encontrar seu lugar no mundo digital em risco, em que fronteiras se tornaram líquidas e flexíveis; precisam se (re)inventar, girando em torno das novas estrelas fixas de “mundo” e de “humanidade” (Beck, 2018, p. 20).

Fazer a história da metamorfose desses conceitos talvez seja um importante desafio intelectual deste século. Isso adquire complexidade no contexto de um mundo cada vez mais “cosmopolizado” em seus espaços de ação. Mais uma vez recorrendo a Beck (2018), para compreender esse cenário, seria pertinente considerar o conceito de “ação criativa”. Sob esse entendimento, “ação criativa diz respeito à capacidade de não aceitar as fronteiras existentes de pensamento e ação” (2018, p. 28). Além da criatividade, a ação cosmopolizada implicaria abertura, diferença, oportunidades inesperadas ou mesmo ignorância mútua.

Em linhas gerais, para compreendermos a metamorfose do mundo, precisamos de certa sensibilidade para reconhecer que nossas visões do futuro estão se reconfigurando.

Estamos totalmente confusos porque o que era impensável ontem é possível e real hoje em razão da metamorfose do mundo: no entanto, para ser capaz de compreender essa metamorfose é necessário não apenas explorar a dissolução da realidade sociopolítica, mas focar nos novos começos, naquilo que está emergindo e nas estruturas e normas futuras (Beck, 2018, p. 31).

Ainda seria conveniente destacar uma terceira dimensão analítica, também advinda de um pensamento social di-

ferenciado, associada à crise climática hoje em curso (Latour, 2020). Com os escritos recentes de Bruno Latour, somos interpelados a pensar nossas relações com o planeta, uma vez que a “utopia da modernização” expõe os projetos de desenvolvimento hodiernamente evidenciados. Recorrendo à noção de Antropoceno, o pensador social busca contribuir para um reposicionamento da condição humana (e do humanismo) sob as condições do “Novo Regime Climático”.

De acordo com Latour (2020), esse Novo Regime Climático coloca em xeque não apenas a centralidade do humano, “mas sua composição, sua figuração; em uma palavra, seu destino” (p. 104). A constituição moderna do antropocentrismo acreditava na possibilidade de uma convivência harmônica com a natureza; entretanto, isso implicava também um processo compulsivo de modernização – incapaz de reconhecer seus impactos nas outras formas de vida da Terra. Com Latour, podemos diagnosticar que a “atual crise climática se trata de uma questão de civilização, mais que apenas de economia” (2020, p. 107).

A abordagem de Latour, ao interrogar sobre os novos modos de orientação política no Antropoceno, também contribui para uma problematização das relações com o passado e com o futuro, à luz dos intensos processos de modernização.

A perversidade do front de modernização é que, ao ridicularizar a noção de tradição como algo arcaico, ele tornou impossível qualquer forma de transmissão, de herança, de retomada, em suma, de geração. E isso vale tanto para a educação das crianças quanto para as paisagens, os animais, os governos ou para as divindades (Latour, 2020, p. 107).

Em linhas gerais, no decorrer desta seção, procurei compilar aspectos que favorecem a composição de um diagnóstico atualizado de nosso tempo. A cidadania digital, com o alargamento das formas de participação política (derivadas dos novos modos de habitar), pode ser situada em justaposição à metamorfose do mundo proposta por Beck e aos desafios da crise climática descrita por Latour. A potencialidade

desse diagnóstico é bastante significativa, o que nos conduz a novas indagações sobre questões do currículo na escola que educa os adolescentes e jovens. A cidadania digital na escola, como desenvolvo a seguir, pode converter-se em um núcleo de experiências formativas que, em rede, favoreça a composição de novas escolhas em torno do saber.

A escola em mundo hiperconectado: ressonâncias curriculares

Conforme argumentei na seção anterior, a questão da cidadania digital na escola oferece-nos um amplo conjunto de desafios e de possibilidades, sobretudo no que se refere à definição das experiências escolares de adolescentes e jovens. Nesta seção, seguindo alguns argumentos presentes no *Manifesto OnLIFE*, desejo apontar algumas trilhas reflexivas para produzir novas interrogações sobre a escola no contexto de um mundo hiperconectado. Insisto, ainda, que tais argumentos têm servido como ponto de partida para novos delineamentos investigativos e na composição de outra agenda curricular para as escolas de nosso país.

Considerando o contexto deste mundo hiperconectado, descrito por Floridi *et al.*, algumas propostas poderiam ser levadas em consideração para construir uma “boa governança *OnLIFE*” por meio de novos conceitos. Do ponto de vista de nossas subjetividades, os autores apontam a potencialidade de preservar ou potencializar a construção de um “eu relacional”, construído em uma ambiência política de liberdade. Também sinalizam uma subjetividade que “deriva igualmente das relações e interações estabelecidas com outros eus, com os artefatos tecnológicos e com a resto da natureza”. Em outras palavras, uma questão importante encontra-se no reconhecimento de que nossas subjetividades – de modo relacional – serão construídas atualmente em um cenário de novas conexões.

Outro aspecto destacado no *Manifesto OnLIFE* refere-se à nossa tarefa de desenvolver “sociedades digitalmente compe-

tentes”. Com esse indicativo, Floridi e colaboradores sugerem a necessidade de as políticas serem examinadas criticamente e, ao mesmo tempo, reconhecem que as mediações tecnológicas articulam as dimensões do humano e da política.

O desenvolvimento de uma relação crítica com as tecnologias não deveria, portanto, tender ao estabelecimento de um espaço transcendental, mais além destas mediações, mas sim a uma compreensão imanente do modo em que as tecnologias nos modelam como seres humanos, ao mesmo tempo em que nós, seres humanos, modelamos criticamente as tecnologias.

Para uma boa governança *OnLIFE*, o terceiro aspecto destacado pelos autores é a proteção de nossas capacidades de atenção. De acordo com os autores, a abundância das informações nem sempre favorece a construção dos seus significados para nossa experiência cotidiana. Eles defendem que “as sociedades devem proteger, alimentar e cuidar das capacidades de atenção do ser humano”, dado que tais capacidades se constituem como um “bem limitado, precioso e raro”. Poderíamos derivar esses três aspectos mencionados pelo *Manifesto* para uma nova grade reflexiva para a escola, atribuindo ênfase aos novos arranjos subjetivos, à competência digital e à proteção de nossas capacidades de atenção. Cada um desses aspectos, com maior ou menor intensidade, favorece um alargamento de nossa compreensão da função educativa e dos modos de redefinir os currículos escolares.

Tais aspectos, em articulação, poderiam servir de ponto de partida para a organização de núcleos de experiência formativa para os currículos escolares. Esses núcleos, sobretudo na educação básica, poderiam mobilizar dispositivos de aprendizagem capazes de promover o engajamento dos estudantes e dos professores e a construção de propostas reflexivas com foco no protagonismo e na educação integral. Considero esses núcleos como mecanismos operacionais capazes de produzir integração curricular, na medida em que, sinergicamente, articulariam domínios importantes para a escola do século 21.

Considerações finais

Para concluir, buscando produzir uma breve síntese do percurso constituído neste texto, vale a pena destacar a relevância das oportunidades compartilhadas de estudos junto aos colegas que compõem esta obra. Na condição de pesquisador interessado em refletir sobre as questões curriculares que permeiam a escola dos adolescentes e jovens na atualidade, os conceitos estudados foram fundamentais para a redefinição de minhas questões de pesquisa (Silva, 2020a; Silva, 2020b). Como destaque desde a epígrafe deste breve texto, entendo que a pergunta sobre os saberes que serão selecionados para as experiências escolares continua incontornável. Em síntese, posso afirmar neste momento que será importante redefinirmos nossas concepções de subjetividade, das possibilidades derivadas das competências digitais e de uma necessária proteção de nossas capacidades de atenção. Em uma era marcada pela hiperconexão, na qual a vida se torna *OnLIFE*, precisamos apostar em um repertório conceitual que nos permita mobilizar novos núcleos de experiências formativas.

Referências

- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital**: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020.
- FLORIDI, L. Commentary on the OnLIFE Manifesto. In: FLORIDI, L. (org.). **The OnLIFE manifesto**: being human in a hyperconnected era. London: Springer; Rio de Janeiro: Editora 34, 2015. cap. 5, p. 21-23. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-04093-6>.
- FLATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PACHECO, José Augusto. **Inovar para mudar a escola**. Porto: Porto Editora, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Los contenidos**: una reflexión necesaria. Madrid: Morata, 2017.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Entre a compulsão modernizadora e a melancolia pedagógica: a escolarização juvenil em tempos de pandemia no Brasil. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-12, 2020a.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, Unisinos, v. 18, p. 1-36, 2020b.